

U&M Mineração e Construção S.A.

**Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2020 e 2019 com
relatório do auditor independente**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	4
Balancos patrimoniais individual e consolidado	8
Demonstrações do resultado - Individual e consolidado	9
Demonstrações do resultado abrangente - Individual e consolidado	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Individual e consolidado	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	13

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da U&M Mineração e Construção S.A., submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Os resultados dos últimos dois anos estão de acordo com o previsto pela Companhia, conforme contratos assinados e negociações realizadas. A receita bruta de 2020 e 2019 foi de R\$ 1.105 Milhões e R\$ 973 Milhões, respectivamente.

A U&M mantém contratos de prestação de serviço ou locação de equipamentos com grandes mineradoras no Brasil, localizadas nos estados de Minas Gerais, Pará, Maranhão, Goiás e Amapá, contribuindo então para extração de minério de ferro, ouro, bauxita, fosfato e cobre em minas à céu aberto. O backlog de contratos para 2021 é de R\$ 1.249 milhões.

A pandemia do coronavírus aumentou relativamente o número de afastamento de empregados, visto que em qualquer caso de suspeita o empregado era automaticamente afastado até que fosse possível realização de testes para tomada de decisão. Além disso, a pandemia exigiu mais cuidado com a saúde física e mental das pessoas, sendo que em qualquer situação a saúde individual e coletiva foi priorizada. Entretanto, não houve impacto econômico significativo, nenhum contrato foi paralisado ou reduzido visto que mineração foi considerada atividade essencial.

A Companhia encerrou 2020 com 2.600 empregados e os investimentos em ativos para suportar os contratos e o crescimento esperado foi em torno de R\$ 152 Milhões. Além disso, a U&M mantém investimento em inovação como, por exemplo para o desenvolvimento do próprio caminhão autônomo e elétrico.



KPMG Auditores Independentes

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da

U&M Mineração e Construção S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da U&M Mineração e Construção S.A. (Companhia) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da U&M Mineração e Construção S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita – mensuração e registro das receitas de prestação de serviços

Veja as notas nº 3.3 e nº 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A receita do Grupo oriunda de prestação de serviços é reconhecida com base na medição dos serviços prestados até uma data-corte (período de medição). As medições são realizadas para o período de 30 dias, sendo aprovadas e faturadas mensalmente, mas não cobrem o mês completo, abrangendo, em alguns casos, parte do mês corrente e parte do mês anterior. O montante de receita a ser reconhecido no mês, referente ao período de medição ainda não aprovado, é mensurado por estimativa. Consideramos que o reconhecimento da receita por meio de estimativa envolve risco no reconhecimento contábil. Por esse motivo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: Entendimento dos processos relacionados ao reconhecimento de receita de prestação de serviço, e realização de testes de detalhe para 100% da composição da receita do Grupo, avaliando sua existência por meio de análise da documentação-suporte, e inspecionando 100% das faturas emitidas para os clientes e os documentos de medição de serviços aprovados, além dos recebimentos das vendas pelos clientes. Adicionalmente, realizamos teste de detalhe sobre os critérios de reconhecimento de receita referente ao período de medição próximo da data de encerramento do exercício social, ainda não aprovado pelo cliente (teste de “corte” da receita). Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração do montante de receita a ser reconhecida, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Assim, com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o montante da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 27 de março de 2020, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia

e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 16 de Março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Felipe Augusto Silva Fernandes
Contador CRC MG-091337/O-5 T-SP

U&M Mineração e Construção S.A.

Balancos patrimoniais Individual e Consolidado em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	89.098	55.691	91.874	57.838
Contas a receber de clientes	5	164.309	139.855	173.110	149.584
Títulos e valores mobiliários	4	14.847	-	14.847	-
Estoques	6	245.491	160.540	245.491	160.540
Adiantamento a fornecedores	7	34.342	14.904	34.342	14.904
Tributos a recuperar	8	14.160	17.590	14.172	17.604
Instrumentos financeiros e derivativos	9	-	682	-	682
Outros ativos		3.324	2.253	3.331	2.253
Total do ativo circulante		565.571	391.515	577.167	403.405
Títulos e valores mobiliários	4	-	14.548	-	14.548
Depósitos judiciais	20	3.769	4.785	3.769	4.785
Tributos a recuperar	8	177	3.810	177	3.810
Outros ativos		916	-	916	-
Total do realizável a longo prazo		4.862	23.143	4.862	23.143
Investimentos	12	25.874	23.380	-	-
Imobilizado	13	550.608	476.864	551.585	478.858
Intangível		595	753	595	753
		577.077	500.997	552.180	479.611
Total do ativo não circulante		581.939	524.140	557.042	502.754
Total do ativo		1.147.510	915.655	1.134.209	906.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	262.218	165.676	262.218	165.676
Fornecedores	16	77.070	49.974	77.070	49.975
Tributos a recolher	17	15.773	7.549	16.309	8.173
Imposto de renda e contribuição social a pagar	10	1.095	6.515	3.988	9.389
Salários e encargos sociais	18	34.509	27.900	34.536	27.902
Adiantamentos de clientes	19	6.665	6.701	6.665	6.701
Operações de arrendamento mercantil	14	217	514	217	514
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	21	21.416	29.327	21.416	29.327
Instrumentos financeiros e derivativos	9	3.487	-	3.487	-
Outras obrigações		199	169	200	170
Total do passivo circulante		422.649	294.325	426.106	297.827
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	115.247	87.473	115.247	87.473
Tributos a recolher	17	1.393	1.889	1.393	1.889
Partes relacionadas	11	16.758	12.998	-	-
Provisões	20	2.070	1.290	2.070	1.290
Operações de arrendamento mercantil	14	5.143	5.730	5.143	5.730
Impostos diferidos	10	56.885	46.027	56.885	46.027
Instrumentos financeiros e derivativos	9	1.281	-	1.281	-
Total do passivo não circulante		198.777	155.407	182.019	142.409
Patrimônio líquido	21				
Capital social		66.499	66.499	66.499	66.499
Ações em tesouraria		(138)	(138)	(138)	(138)
Reserva de capital		19.684	19.684	19.684	19.684
Reserva legal		13.300	13.300	13.300	13.300
Reserva para retenção de lucros		439.473	383.664	439.473	383.664
Outros resultados abrangentes		(12.734)	(17.086)	(12.734)	(17.086)
Total do patrimônio líquido		526.084	465.923	526.084	465.923
Total do passivo e patrimônio líquido		1.147.510	915.655	1.134.209	906.159

U&M Mineração e Construção S.A.

Demonstrações do resultado - Individual e Consolidado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida de serviços	22	908.308	792.580	975.221	860.717
Custos dos serviços prestados	23	(810.787)	(713.637)	(811.634)	(715.614)
Resultado bruto		97.521	78.943	163.587	145.103
Receitas/despesas operacionais					
Administrativas e gerais	24	(16.939)	(15.615)	(17.245)	(26.454)
Equivalência patrimonial	12	58.243	51.471	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	25	12.230	45.864	12.526	49.766
Resultado antes dos resultados financeiros e dos tributos		151.055	160.663	158.868	168.415
Resultado financeiro					
Despesa financeira	26	(87.438)	(94.850)	(87.632)	(94.966)
Receita financeira	26	36.915	76.388	36.928	76.423
Resultado antes dos impostos e contribuições sobre os lucros		100.532	142.201	108.164	149.872
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	10	(4.011)	(21.134)	(11.643)	(28.805)
Diferido	10	(10.858)	(3.761)	(10.858)	(3.761)
Resultado do exercício		85.663	117.306	85.663	117.306
Número de ações (lote mil)		59.058	59.058		
Resultado por ação (em reais)		1,45	1,99		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

U&M Mineração e Construção S.A.

Demonstrações do resultado abrangente - Individual e Consolidado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do exercício	85.663	117.306	85.663	117.306
Outros resultados abrangentes:				
Ajustes de conversão de investida no exterior	4.352	454	4.352	454
Resultado abrangente total do exercício	90.015	117.760	90.015	117.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

U&M Mineração e Construção S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Em 31 de dezembro de 2018		66.499	(138)	19.684	13.300	287.064	-	(4.922)	381.487
Ajuste de conversão		-	-	-	-	-	-	454	454
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	117.306	-	117.306
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	(9.358)	-	(9.358)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(23.966)	-	(23.966)
Baixa de investimento em controlada		-	-	-	-	12.618	-	(12.618)	-
Retenção de lucros		-	-	-	-	83.982	(83.982)	-	-
Em 31 de dezembro de 2019		66.499	(138)	19.684	13.300	383.664	-	(17.086)	465.923
Ajuste de conversão		-	-	-	-	-	-	4.352	4.352
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	85.663	-	85.663
Dividendos adicionais	21	-	-	-	-	-	(8.438)	-	(8.438)
Dividendos obrigatórios	21	-	-	-	-	-	(21.416)	-	(21.416)
Retenção de lucros		-	-	-	-	55.809	(55.809)	-	-
Em 31 de dezembro de 2020		66.499	(138)	19.684	13.300	439.473	-	(12.734)	526.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

U&M Mineração e Construção S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Individual e Consolidado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	85.663	117.306	85.663	117.306
Ajustado por:				
Provisão/Reversão para contingência	780	(763)	780	(763)
Equivalência patrimonial	(58.243)	(51.471)	-	-
Depreciação e amortização	71.609	70.671	72.455	72.648
Provisão para juros	13.257	16.289	13.257	16.289
Resultado na venda do imobilizado	(6.113)	26.616	(6.409)	26.910
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.858	3.761	10.858	3.761
Amortização do custo de captação de debentures	922	925	922	925
Variação cambial não realizada	54.453	3.543	54.627	3.543
Ajuste de inventário	3.428	-	3.428	-
Impairment	292	-	292	-
Operações em derivativos (swap/NDF)	5.474	-	5.474	-
	182.380	186.877	241.347	240.619
Aumento (diminuição) de ativos:				
Contas a receber de clientes	(24.454)	152.878	(23.526)	152.663
Tributos a recuperar	7.063	(1.700)	7.065	(1.566)
Estoques	(88.379)	(51.959)	(88.379)	(46.426)
Depósitos judiciais	1.016	404	1.016	404
Adiantamento a fornecedores	(19.438)	(209)	(19.438)	(171)
Instrumentos financeiros e derivativos	682	4.958	682	4.958
Outros ativos	(323)	(271)	262	185
Aumento (diminuição) de passivos:				
Salários e encargos sociais	6.609	4.095	6.634	4.093
Tributos a recolher	6.319	7.402	13.984	7.947
Fornecedores	25.860	18.919	25.685	17.352
Outras obrigações	30	169	30	170
Adiantamento de clientes	(36)	6.483	(36)	6.303
Instrumentos financeiros e derivativos	(706)	-	(706)	-
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	96.623	328.046	164.620	386.531
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.011)	-	(11.745)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	92.612	328.046	152.875	386.531
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições/recebimentos em imobilizado e intangível	(138.463)	(163.100)	(137.996)	(163.099)
Dividendos recebidos	60.101	60.530	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	(5.867)	-	(5.867)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	(78.362)	(108.437)	(137.996)	(168.966)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	309.472	211.828	309.472	211.828
Empréstimos pagos	(237.746)	(347.723)	(237.746)	(347.726)
Pagamentos de juros sobre capital próprio e dividendos	(37.765)	(25.315)	(37.765)	(25.315)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(12.663)	(17.195)	(12.663)	(17.195)
Arrendamentos pagos	(2.141)	(2.016)	(2.141)	(2.016)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	19.157	(180.421)	19.157	(180.424)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	33.407	39.188	34.036	37.141
No início do período	55.691	16.503	57.838	20.697
No final do período	89.098	55.691	91.874	57.838
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	33.407	39.188	34.036	37.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A U&M Mineração e Construção S.A. (“Companhia” ou “Controladora” ou “U&M”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede no Rio de Janeiro-RJ e filiais nos Estados do Pará, Minas Gerais, Goiás, Amapá e Maranhão. A Companhia tem como objeto social as seguintes atividades: (i) construção de rodovias, ferrovias e barragens; (ii) execução de obras de terraplenagem e pavimentação; (iii) execução de obras de saneamento básico; (iv) execução de obras de arte especiais; (v) execução de obras relacionadas com o desenvolvimento de infraestrutura urbana; (vi) execução de obras de infraestrutura industrial e mineral; (vii) operação de mina; (viii) consultoria; (ix) importação e exportação de equipamentos novos e usados; (x) locação de equipamentos; e (xi) participação no capital de outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista.

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas:

- (a) Levyequip Equipamentos Ltda. - constituída em 9 de dezembro de 2002, sediada no município de Comendador Levy Gasparian, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social a locação de equipamentos.
- (b) U&M Mining Zâmbia Ltd - constituída na data de 17 de maio de 2007, com sede na cidade de Chingola, Copperbelt - Zâmbia, tem como objetivo a prestação de serviços mineração. A empresa foi constituída para execução do contrato com a companhia Konkola Copper Mines PLC (pertencente ao grupo indiano Vedanta Resources). Nos exercícios de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, a Empresa não possuía contratos vigentes.

A Companhia ainda participa do Consórcio Operacional TBM, constituído em 14 de abril de 2020, com sede na cidade de Matias Barbosa, Minas Gerais. O consórcio tem como objetivo regular a utilização e manutenção da Aeronave, sempre em benefício e para uso exclusivo das Consorciadas, incluindo a forma de rateio de custos e despesas decorrentes da propriedade, uso e manutenção da mesma. As consorciadas são: U&M Mineração e Construção S/A, Pangea Empreendimentos S.A. e Gavião Real Empreendimentos de Qualidade S.A.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 16 de março de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) *Julgamentos e Incertezas sobre premissas e estimativas*

As informações sobre os julgamentos e as incertezas sobre premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 13** - mensuração da depreciação pela vida útil do ativo imobilizado: principais premissas na determinação da vida útil;
- **Nota explicativa 10** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual o ativo fiscal diferido pode ser utilizado;
- **Nota explicativa 20** - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas em relação a probabilidade e magnitude de saídas de recursos;

2.4 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

2.5 Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

No reconhecimento inicial o valor justo do instrumento é seu preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os instrumentos financeiros derivativos – SWAP – estão mensurados a valor justo.

3 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Bases de consolidação

a. Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial, conforme percentuais abaixo:

	% Participação	
	2020	2019
Levyequip Equipamentos Ltda.	99,99%	99,99%
U&M Mining Zâmbia Ltd	100%	100%

b. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Na consolidação, foram eliminadas a participação da controladora no patrimônio líquido da controlada, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as Companhias.

3.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Controlada no exterior

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de conversão”.

3.3 Receita de contrato de cliente

A receita do Grupo é oriunda de prestação de serviços, dentro do escopo do CPC 47 – Receita de contrato com o cliente, e locação de equipamentos, no escopo do CPC 06 – Arrendamentos.

Receita de prestação de serviços

De acordo com o CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes é baseado na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (at a point in time) ou ao longo do tempo (over time), conforme a satisfação ou não das denominadas “obrigações de performance contratuais”, pelo método do produto.

A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita.

As receitas de prestação de serviço do Grupo são reconhecidas com base na medição dos serviços prestados incorridos até uma data de corte (período da medição). As medições são realizadas para o período de 30 dias, sendo aprovadas e faturadas mensalmente, abrangendo, em alguns casos parte do mês corrente e parte do mês anterior. A determinação do montante de receita a ser reconhecida no mês, referente ao período de medição ainda não aprovado, é realizado por meio de estimativa, com base na quantidade de material movimentado no período.

As faturas referentes aos serviços prestados são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em até 60 dias.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Receita de Prestação de Serviços	O Grupo determinou que para a receita de prestação de serviços, as faturas referentes aos serviços prestados são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em até 60 dias a partir da data de emissão da nota fiscal.	A receita e os custos associados são reconhecidos ao longo do tempo, pelo método de produto, a medida que acontece a prestação do serviço. A receita é determinada com base nas medições dos serviços prestados até uma determinada data de corte (período de medição).

Receita de locação

As receitas de locação estão dentro do escopo do CPC 06 – Arrendamentos.

3.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- ganhos/perdas dos instrumentos de hedge reconhecida no resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. O Grupo classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.6 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado.

3.7 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis médias estimadas para os exercícios correntes, corresponde ao imobilizados, são:

	Taxa Média	
	2020	2019
Benfeitorias	20%	20%
Móveis e Utensílios	20%	20%
Máquinas e Equipamentos	13%	15%
Veículos	25%	25%
Hardware	20%	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.8 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A

despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente por meio do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, exclusivamente swaps. O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

3.9 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações

e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- (i) O Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação;

- (iii) O valor poder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigação como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação mencionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigação seja pequena.

3.13 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de desconto. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

O grupo realiza locação para seus clientes, reconhecendo a receita de forma linear. O grupo classifica esses arrendamentos como operacionais porque eles não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedades dos ativos.

A receita de locação reconhecida pela Companhia em 2020 está divulgada na nota 22.

3.14 Mudanças nas principais políticas contábeis

Em 2020 o Grupo não adotou novas normas ou políticas contábeis. Novas normas que possam ter entrado em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020 não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

Novas normas e interpretações de normas ainda não adotadas

Uma série de novas normas foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020, mas não tiveram um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e, portanto, não foram adotadas pelo Grupo.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06) ;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);

3.15 Impacto da pandemia da COVID-19

O Grupo está trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus, seguindo as orientações dos órgãos de saúde competentes. Os protocolos de acesso e higiene de suas dependências físicas foram reforçados.

Até o presente momento a Administração do Grupo não identificou impactos significativos decorrentes da COVID-19 em suas operações, tendo em vista que a mineração foi considerada serviço essencial.

4 Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores imobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa	56	44	56	44
Bancos conta movimento:				
Bancos nacionais	6.801	17.788	7.190	17.847
Bancos internacionais	826	633	3.213	2.721
Aplicação Financeira	81.415	37.226	81.415	37.226
	89.098	55.691	91.874	57.838
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Títulos e valores imobiliários (i)				
Aplicações financeiras C.P.	14.847	-	14.847	-
Aplicações financeiras L.P.	-	14.548	-	14.548
	14.847	14.548	14.847	14.548
Circulante	103.945	55.691	106.721	57.838
Não Circulante	-	14.548	-	14.548

- (i) Aplicação Itaú Top RF Referenciado DI FICFI, mantida por uma obrigação contratual do processo de emissão de debêntures que remunera 2,35% a.a.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras são Certificado de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com a rentabilidade em 2020 e 2019, respectivamente de 85% e 75% do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários). As aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários são mensurados ao custo amortizado.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Clientes nacionais	105.490	81.148	111.321	85.358
Medições a faturar	58.819	58.707	61.789	64.226
	164.309	139.855	173.110	149.584

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base na análise de perdas esperadas. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foi constituída provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa.

Em 31 de dezembro, o vencimento de saldos de contas a receber de clientes faturados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer	105.486	80.889	111.317	85.099
Vencidos:				
Até 30 dias	-	111	-	111
Entre 31 - 60 dias	-	36	-	36
Entre 60 - 90 dias	1	27	1	27
Acima de 90 dias	3	85	3	85
	105.490	81.148	111.321	85.358

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Almoxarifado	<u>245.491</u>	<u>160.540</u>	<u>245.491</u>	<u>160.540</u>

O estoque de almoxarifado é composto principalmente de pneus, peças e consumíveis para manutenção de máquinas e equipamentos utilizados nas operações.

Considerando a natureza dos estoques e o contexto de mercado para os serviços prestados pela Companhia, não foram identificados quaisquer indícios de que o valor recuperável líquido destes estoques seja inferior a seu registro contábil.

7 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Nacionais	98	762	98	762
Internacionais	<u>34.244</u>	<u>14.142</u>	<u>34.244</u>	<u>14.142</u>
	34.342	14.904	34.342	14.904

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IRRF	3.317	2.328	3.329	2.342
INSS	502	816	502	816
PIS	1.867	3.143	1.867	3.143
COFINS	8.651	15.113	8.651	15.113
	14.337	21.400	14.349	21.414
Circulante	14.160	17.590	14.172	17.604
Não circulante	177	3.810	177	3.810

Não acreditamos em perdas sobre os créditos acumulados, portanto, nenhuma estimativa de perdas será constituída nas demonstrações contábeis.

9 Instrumentos financeiros e derivativos

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos do Grupo em 2020 e 2019 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua avaliação e valorização:

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, adiantamento a fornecedores, empréstimos, financiamentos e debentures, adiantamento de clientes e instrumento financeiro derivativo - SWAP.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e aproxima-se do valor de mercado. Alguns empréstimos e financiamentos em dólar estão protegidos pela operação de SWAP e são mensurados a valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Controladora						
2020			2019			
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa	89.098	-	89.098	55.691	-	55.691
Titulos de Valores Mobiliários	14.847	-	14.847	14.548	-	14.548
Contas a receber de clientes	164.309	-	164.309	139.855	-	139.855
Adiantamentos a fornecedores	34.342	-	34.342	14.904	-	14.904
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	682	682
	302.596	-	302.596	224.998	682	225.680

Consolidado						
2020			2019			
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa	91.874	-	91.874	57.838	-	57.838
Titulos de Valores Mobiliários	14.847	-	14.847	14.548	-	14.548
Contas a receber de clientes	173.110	-	173.110	149.584	-	149.584
Adiantamentos a fornecedores	34.342	-	34.342	14.904	-	14.904
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	682	682
	314.173	-	314.173	236.874	682	237.556

Controladora						
2020			2019			
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
PASSIVO						
Empréstimos, financiamentos e debentures	377.465	-	377.465	253.149	-	253.149
Fornecedores	77.070	-	77.070	49.974	-	49.974
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.768	4.768	-	-	-
Adiantamentos de clientes	6.665	-	6.665	6.701	-	6.701
	461.200	4.768	465.968	309.824	-	309.824

Consolidado						
2020			2019			
	Custo	Valor justo por meio do		Custo	Valor justo por meio do	
PASSIVO	Amortizado	resultado	Total	Amortizado	resultado	Total
Empréstimos, financiamentos e debentures	377.465		377.465	253.149		253.149
Fornecedores	77.070		77.070	49.975		49.975
Instrumentos financeiros derivativos		4.768	4.768		-	-
Adiantamentos de clientes	6.665		6.665	6.701		6.701
	461.200	4.768	465.968	309.825	-	309.825

b. Política de gestão de risco financeiro

O Grupo pratica o gerenciamento de risco que orienta em relação às transações. A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do crédito das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

c. Fatores de risco que podem afetar os negócios do Grupo

(i) Risco de crédito

A política de vendas por prestação de serviços do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de recebimento são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo não reconheceu provisão para perda estimada em crédito de liquidação duvidosa.

(ii) Risco de liquidez

É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo Departamento Financeiro. Assim, o Grupo monitora o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores' e 'Empréstimos, financiamentos e debentures'.

As notas explicativas 14 - Operações de Arrendamento Mercantil e 15- Empréstimos, financiamentos e debêntures evidenciam o fluxo esperado de desembolsos financeiros ao longo prazo.

Conforme divulgado na nota explicativa 15, o Grupo tem uma debenture e um empréstimo em moeda estrangeira que contém cláusula contratual restritiva (*covenant*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que o Grupo pague o empréstimo de forma antecipada. A cláusula contratual restritiva é monitorada regularmente pela Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo não deixou de cumprir nenhuma das suas obrigações.

Os fluxos de caixa futuros referentes aos instrumentos derivativos (SWAP) podem ser diferentes dos montantes apresentados na nota 15, uma vez que as taxas de câmbio podem mudar. Exceto por esses passivos financeiros, não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na nota 15 possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores significativamente diferentes.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O Grupo utiliza derivativos (SWAP) para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

Risco de taxas de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debentures captados no mercado. O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de taxas de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio, que pode afetar a Companhia quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo, bem como em investimentos líquidos em controladas no exterior.

Como estratégia de redução à exposição cambial, a Companhia efetivou algumas operações de *swap* convergindo os fluxos de juros de quatro contratos junto a duas instituições financeiras.

Ativo

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Swap (i)	-	682		682
	-	682		682
Circulante	-	682	-	682

Passivo

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Swap (i)	4.768	-	4.768	-
	4.768	-	4.768	-
Circulante	3.487	-	3.487	-
Não Circulante	<u>1.281</u>	<u>-</u>	<u>1.281</u>	<u>-</u>

Abertura por contrato:

				Controladora		Consolidado	
Contrapartes	Vencimen- tos	Indexadores	Valor notional	2020	2019	2020	2019
Bradesco	2020	CDI - 2,11%	9.997	-	502	-	502
Itaú	2020	CDI - 4,27%	15.002	-	20	-	20
Itaú	2020	CDI - 5,06%	29.978	-	133	-	133
Bradesco	2020/2021	CDI - 4,38%	57.212	-	27	-	27
				<u>-</u>	<u>682</u>	<u>-</u>	<u>682</u>
		Circulante		-	682	-	682

				Controladora		Consolidado	
Contrapartes	Vencimentos	Indexadores	Valor notional	2020	2019	2020	2019
Bradesco	2021	CDI - 4,38%	33.450	(731)	-	(731)	-
Citibank	2021	CDI + 1,15%	39.945	4.023	-	4.023	-
Citibank	2022	CDI + 1,15%	9.612	755	-	755	-
Citibank	2021	CDI + 0,38%	795	115	-	115	-
Citibank	2022	CDI + 0,38%	406	223	-	223	-
Bradesco	2021	CDI + 0,38%	1.230	80	-	80	-
Bradesco	2022	CDI + 0,38%	641	303	-	303	-
				<u>4.768</u>	<u>-</u>	<u>4.768</u>	<u>-</u>
		Circulante		3.487	-	3.487	-
		Não Circulante		<u>1.281</u>	<u>-</u>	<u>1.281</u>	<u>-</u>

	Valor notional dos contratos		Valor contábil contratos a pagar / receber	
Descrição	2020	2019	2020	2019
Swap	86.079	112.189	4.768	682
			<u>4.768</u>	<u>682</u>

Contratos em moeda estrangeira:

		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Valor contratado	Moeda principal				
Capital de giro	USD	38.327	28.953	38.327	28.953
Leasing	USD	1.417	5.924	1.417	5.924
	Moeda Principal	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Saldo em aberto					
Capital de giro	BRL	167.994	116.703	167.994	116.703
Leasing	BRL	7.363	23.877	7.363	23.877

d. Gestão de capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

e. Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos registrados a valor justo por meio do resultado correspondem aos instrumentos financeiros derivativos e são classificados como nível 2, segundo as regras de hierarquização do pronunciamento CPC 46 – Mensuração do valor justo.

10 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	<u>100.532</u>	<u>142.201</u>	<u>108.164</u>	<u>149.872</u>
Alíquota fiscal do imposto	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL, valor nominal	<u>(34.181)</u>	<u>(48.348)</u>	<u>(36.776)</u>	<u>(50.956)</u>
Adições permanentes	(225)	(519)	(225)	(519)
Equivalência patrimonial	19.802	17.500	-	-
Juros sobre capital próprio	-	8.149	-	8.149
Contingência tributária e trabalhista	(265)	259	(265)	259
Ajuste de diferença de regime tributação	-	-	14.765	12.437
Outros	<u>-</u>	<u>(1.936)</u>	<u>-</u>	<u>(1.936)</u>
IRPJ e CSLL efetivos	<u>(14.869)</u>	<u>(24.895)</u>	<u>(22.501)</u>	<u>(32.566)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício	4.011	21.134	11.643	28.805
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	10.858	3.761	10.858	3.761
Imposto de renda e contribuição social no resultado	14.869	24.895	22.501	32.566
Alíquota efetiva (%)	(15%)	(18%)	(21%)	(22%)

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Base diferido ativo				
Base negativa CSLL	-	552	-	552
Imposto de renda e Contribuição Social diferidos				
CPC 06	374	235	374	235
Swap e NDF-Hedge	59.949		59.949	
Processos trabalhistas a pagar	2.065	1.146	2.065	1.146
Processos tributários a pagar	-	139	-	139
Processos cíveis a pagar	5	5	5	5
Total	62.393	2.077	62.393	2.077
Imposto de renda	15.598	8.759	15.598	8.759
Contribuição social	5.615	3.153	5.615	3.153
IRPJ e CSLL diferido ativo	21.213	11.912	21.213	11.912
Base diferido passivo				
Ajuste Lei nº 11.638 – leasing	(46.846)	(38.921)	(46.846)	(38.921)
Swap e NDF-Hedge	(55.335)	(858)	(55.335)	(858)
Variação monetária	(482)	-	(482)	-
Depreciação (artigo 40 da Lei nº 12.973)	(229.701)	(97.670)	(229.701)	(97.670)
Total	(332.364)	(137.449)	(332.364)	(137.449)
Imposto de renda	(57.425)	(42.602)	(57.425)	(42.602)
Contribuição social	(20.673)	(15.337)	(20.673)	(15.337)
IRPJ e CSLL diferido passivo	(78.098)	(57.939)	(78.098)	(57.939)
IRPJ e CSLL diferido líquido	(56.885)	(46.027)	(56.885)	(46.027)

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IRPJ a recolher	791	5.143	2.909	7.247
CSLL a recolher	304	1.372	1.079	2.142
	1.095	6.515	3.988	9.389

11 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas, são realizadas conforme condições acordadas entre as partes. Os principais saldos e transações são como segue:

2020						
	Levyequip	Epsa	U&M Participações	U&M Zâmbia	Pangea	Pessoas Físicas
Dividendos pagos	-	2.813	1.733	-	-	13.250
JCP pago	-	2.976	1.825	-	-	15.168
Dividendos recebidos	60.100	-	-	-	-	-
Valor em aberto (i)	-	-	-	16.758	-	-
Locação de Imóvel	-	-	-	-	1.910	-
2019						
	Levyequip	Epsa	U&M Participações	U&M Zâmbia	Pangea	Pessoas Físicas
Dividendos pagos	-	3.370	2.076	-	-	15.872
JCP pago	-	244	159	-	-	-
Dividendos recebidos	60.530	-	-	-	-	-
Valor em aberto (i)	-	-	-	12.998	-	-
Locação de Imóvel	-	-	-	-	1.951	-

(i) Valor referente a compra de Ativo Imobilizado e Peças de Estoque da empresa U&M Zâmbia.

Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2020	2019
Remuneração da Diretoria	9.096	7.899

12 Investimentos

Investimentos em sociedades controladas:

	% Participação	
	2020	2019
Levyequip Equipamentos Ltda.	99,99%	99,99%
U&M Mining Zâmbia Ltd.	100%	100%

	Controladora							
	Patrimônio líquido		Resultado do exercício		Investimentos		Equivalência patrimonial	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Levyequip Equipamentos Ltda.	6.716	8.280	58.542	58.101	6.716	8.280	58.537	58.095
U&M Equipments, INC.	-	-	-	3	-	-	-	3
U&M Mining Zambia Ltd.	19.158	15.100	(294)	(6.627)	19.158	15.100	(294)	(6.627)
	25.874	23.380	58.248	51.477	25.874	23.380	58.243	51.471

Movimentação do investimento

	2020	2019
Saldo Inicial	23.380	31.984
Resultado de equivalência patrimonial	58.243	51.471
Ajuste acumulado de conversão - CTA	4.352	454
Distribuição de Dividendos	(60.101)	(60.529)
Saldo Final	25.874	23.380

13 Imobilizado

	Controladora	Consolidado
Custo:		
Em 31 de dezembro de 2019	913.968	927.506
Adições	156.619	156.619
Baixas	(60.558)	(61.208)
Em 31 de dezembro de 2020	1.010.029	1.022.917
Depreciação:		
Em 31 de dezembro de 2019	(437.104)	(448.648)
Adições	(71.405)	(72.252)
Baixas	49.088	49.568
Em 31 de dezembro de 2020	(459.421)	(471.332)
Valor residual líquido:		
Em 31 de dezembro de 2019	476.864	478.858
Em 31 de dezembro de 2020	550.608	551.585

U&M Mineração e Construção S.A.
Demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020 e 2019

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo				
Adiantamento a fornecedor	52.383	30.921	52.383	30.921
Imobilizado em andamento	218	5.636	218	5.636
Benfeitorias	19.599	9.608	19.599	9.608
Máquinas e equipamentos	898.316	845.609	911.204	859.147
Veículos	11.188	2.969	11.188	2.969
Hardware	3.454	2.760	3.454	2.760
IFRS 16 - Ativo Direito de Uso	8.725	7.814	8.725	7.814
Outros	16.146	8.651	16.146	8.651
	1.010.029	913.968	1.022.917	927.506
Depreciação				
Benfeitorias	(4.040)	(2.230)	(4.040)	(2.230)
Máquinas e equipamentos	(440.539)	(426.986)	(452.450)	(438.530)
Veículos	(2.030)	(2.138)	(2.030)	(2.138)
Hardware	(1.656)	(1.145)	(1.656)	(1.145)
IFRS 16 - (-) Depreciação Direito de Uso	(3.775)	(1.806)	(3.775)	(1.806)
Outros	(7.381)	(2.799)	(7.381)	(2.799)
	(459.421)	(437.104)	(471.332)	448.648
Valor residual líquido	550.608	476.864	551.585	478.858

A movimentação ocorrida no exercício corrente é como segue:

Controladora:

Controladora	31/12/2019	Adição	Baixa	Impairment	Transferência	Depreciação	Baixa depreciação	Transferência	31/12/2020
Imobilizado em andamento	5.636	4.573	-	-	(9.991)	-	-	-	218
Benfeitorias	7.378	-	-	-	9.991	(1.810)	-	-	15.559
Máquinas e equipamentos	418.622	65.569	(56.079)	-	43.218	(65.318)	45.709	6.057	457.778
Veículos	832	9.686	(1.468)	-	-	(1.145)	1.252	-	9.157
Hardware	1.615	701	(7)	-	-	(515)	4	-	1.798
IFRS 16 - Ativo Direito de Uso	6.008	945	(34)	-	-	(1.969)	-	-	4.950
Outros	5.852	3.685	(2.678)	(292)	6.780	(648)	2.123	(6.057)	8.765
Adiantamento a fornecedor	30.921	71.460	-	-	(49.998)	-	-	-	52.383
	476.864	156.619	(60.266)	(292)	-	(71.405)	49.088	-	550.608

A movimentação ocorrida no exercício de 2019 é como segue:

	31/12/2018	Adição	Baixa	Impairment	Transferência	Depreciação	Baixa depreciação	31/12/2019
Imobilizado em andamento	1.415	5.636	-	-	(1.415)	-	-	5.636
Benfeitorias	2.194	4.609	-	-	1.415	(840)	-	7.378
Máquinas e equipamentos	368.112	147.622	(59.312)	-	-	(70.496)	32.696	418.622
Veículos	810	400	(342)	-	-	(378)	342	832
Hardware	1.379	616	(649)	-	-	(380)	649	1.615
IFRS 16 - Ativo Direito de Uso		7.814	-	-	-	(1.806)	-	6.008
Outros	2.406	-	-	-	-	3.446	-	5.852
Adiantamento a fornecedor	27.431	3.490	-	-	-	-	-	30.921
	403.747	170.187	(60.303)	-	-	(70.454)	33.687	476.864

Consolidado:

Consolidado	31/12/2019	Adição	Baixa	Impairment	Transferência	Depreciação	Baixa depreciação	Transferência	31/12/2020
Imobilizado em andamento	5.636	4.573	-	-	(9.991)	-	-	-	218
Benfeitorias	7.378	-	-	-	9.991	(1.810)	-	-	15.559
Máquinas e equipamentos	420.616	65.569	(56.729)	-	43.218	(66.165)	46.189	6.057	458.755
Veículos	832	9.686	(1.468)	-	-	(1.145)	1.252	-	9.157
Hardware	1.615	701	(7)	-	-	(515)	4	-	1.798
IFRS 16 - Ativo Direito de Uso	6.008	945	(34)	-	-	(1.969)	-	-	4.950
Outros	5.852	3.685	(2.678)	(292)	6.780	(648)	2.123	(6.057)	8.765
Adiantamento a fornecedor	30.921	71.460	-	-	(49.998)	-	-	-	52.383
	478.858	156.619	(60.916)	(292)	-	(72.252)	49.568	-	551.585

A movimentação ocorrida no exercício de 2019 é como segue:

	31/12/2018	Adição	Baixa	Impairment	Transferência	Depreciação	Baixa depreciação	31/12/2019
Imobilizado em andamento	1.415	5.636	-	-	(1.415)	-	-	5.636
Benfeitorias	2.194	4.609	-	-	1.415	(840)	-	7.378
Máquinas e equipamentos	372.376	147.622	(60.210)	-	-	(72.473)	33.301	420.616
Veículos	810	400	(342)	-	-	(378)	342	832
Hardware	1.379	616	(649)	-	-	(380)	649	1.615
IFRS 16 - Ativo Direito de Uso		7.814	-	-	-	(1.806)	-	6.008
Outros	2.406	-	-	-	-	3.446	-	5.852
Adiantamento a fornecedor	27.431	3.490	-	-	-	-	-	30.921
	408.011	170.187	(61.201)	-	-	(72.431)	34.292	478.858

Imobilizado em garantia

Alguns equipamentos de produção e apoio são utilizados como garantias judiciais e como cessão fiduciária em contratos com instituições financeiras, no montante de R\$ 277.648

Na data de encerramento destas demonstrações contábeis, a Administração entendeu que não houve desvalorização de seus ativos tangíveis, uma vez que não se evidenciou nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme pronunciamento CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

14 Operações de Arrendamento Mercantil

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.13, as Operações de Arrendamento Mercantil, são avaliadas e seus contratos reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contêm arrendamentos:

- Arrendamentos de imóveis comerciais utilizados nas operações.
- Arrendamento de equipamentos utilizados nas operações.

A Companhia optou por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento.

A taxa de desconto de 6,7298% a.a. foi obtida com referência à dívidas contratadas pela Companhia.

Direito de uso

O ativo de direito de uso, classificado na rubrica de imobilizado, foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A composição do saldo por classe de ativo identificado é como segue:

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	2020	2019
Imóveis	4.823	5.719
Equipamentos	127	289
	4.950	6.008

A movimentação do ativo de direito de uso encontra-se apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	2020	2019
Saldo inicial	6.008	-
Adição de novos contratos	945	7.814
Baixa de contratos	(34)	-
Amortização	(1.969)	(1.806)
Saldo final	4.950	6.008

f. Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamento reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo/desconto 6,7298% a.a incremental da Companhia e suas controladas.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Controladora e consolidado	Controladora e consolidado
Saldos inicial	6.244	-
Adição de contratos	945	7.814
Baixa de contratos	(34)	-
Juros incorridos	346	446
Pagamentos efetuados	(2.141)	(2.016)
Saldos final	5.360	6.244
Passivo circulante	217	514
Passivo não circulante	5.143	5.730

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado abaixo.

	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	De 4 a 5 anos	Total
Passivo de arrendamento	217	1.303	1.280	2.560	5.360

15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

			<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Moeda principal	Taxa média da operação	2020	2019	2020	2019
Capital de giro	BRL	5,63%	148.404	-	148.404	-
	USD	13,08%	167.994	116.703	167.994	116.703
Leasing	BRL	4,63%	33.241	42.967	33.241	42.967
	USD	5,73%	7.363	23.877	7.363	23.877
Debêntures		5,60%	20.848	70.913	20.848	70.913
Custo com captação			<u>(385)</u>	<u>(1.311)</u>	<u>(385)</u>	<u>(1.311)</u>
			<u>377.465</u>	<u>253.149</u>	<u>377.465</u>	<u>253.149</u>
Circulante			262.218	165.676	262.218	165.676
Não circulante			115.247	87.473	115.247	87.473

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Controladora e Consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	253.149	385.927
Captação	309.472	211.829
Provisão de juros	13.210	15.844
Provisão de variação cambial	49.457	3.542
Amortização de principal	(237.746)	(347.723)
Amortização de juros e variação cambial	(12.663)	(17.195)
Custo a amortizar	922	925
Juros a apropriar	<u>1.664</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>377.465</u>	<u>253.149</u>

Apenas as debêntures e um contrato em moeda estrangeira tem cláusulas restritivas (covenants).

Em 2018 a Companhia realizou a Emissão de Debêntures enquadrada na CVM 476.

O vencimento dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020, classificados no passivo não circulante, é demonstrado da seguinte forma:

	Controladora e consolidado
2022	114.469
2023	<u>778</u>
	<u>115.247</u>

As operações de leasing são garantidas por alienação fiduciária dos equipamentos adquiridos e os empréstimos para capital de giro são garantidos por equipamentos e aval, no montante de R\$ 277.648. As debêntures possuem garantia fidejussória dos fiadores (pessoa jurídica Levyequip e

pessoa física Sérgio Machado) e garantia real adicional de conta vinculada aberta no Itaú Unibanco, no montante de R\$ 14.857 (Nota 4).

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Nacionais	51.009	34.521	51.009	34.521
Internacionais	26.061	15.453	26.061	15.454
	77.070	49.974	77.070	49.975

17 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IRRF a recolher	1.136	1.751	1.138	1.751
PIS a recolher	2.228	595	2.324	706
COFINS a recolher	9.957	2.719	10.395	3.233
ISSQN a recolher	1.784	1.841	1.784	1.841
Parcelamento Lei nº 11.941 (REFIS)	1.915	2.404	1.915	2.404
Outros	146	128	146	127
	17.166	9.438	17.702	10.062
Circulante	15.773	7.549	16.309	8.173
Não circulante	1.393	1.889	1.393	1.889

18 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários a pagar	7.015	-	7.015	-
Participações nos lucros a pagar	9.484	12.325	9.484	12.325
INSS a recolher	3.403	3.023	3.411	3.024
FGTS a pagar	2.135	1.858	2.137	1.858
Provisão de férias e encargos	12.267	10.637	12.284	10.638
Outros	205	57	205	57
	34.509	27.900	34.536	27.902

19 Adiantamento de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Adiantamento de venda de ativos	79	120	79	120
Adiantamento de venda de sucata	7	2	7	2
Construtora Barbosa Mello (i)	6.579	6.579	6.579	6.579
	6.665	6.701	6.665	6.701

(i) Recebimento de recurso referente a execução provisória de sentença referente ao Consórcio Jeceba.

20 Provisões e depósitos judiciais

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais oriundos de suas atividades, que incluem processos tributários, cíveis e trabalhistas. A Administração acompanha a evolução destes processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos, para todos os processos, cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável, é constituída provisão para perda, registrada no passivo não circulante, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado			
	Trabalhista	Tributário	Cível	Total
Em 31 de dezembro de 2019	1.146	139	5	1.290
Adições	1.455	-	-	1.455
Pagamentos	(427)	(29)	-	(456)
Reversão de provisão	(109)	(110)	-	(219)
Em 31 de dezembro de 2020	2.065	-	5	2.070

	Controladora e Consolidado			
	Trabalhista	Tributário	Cível	Total
Em 31 de dezembro de 2018	1.598	450	5	2.053
Adições	618	5	-	623
Reversão	(1.070)	(316)	-	(1.386)
Em 31 de dezembro de 2019	1.146	139	5	1.290

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais classificados no grupo do ativo não circulante:

	Controladora/Consolidado	
	2020	2019
Trabalhista	1.935	862
Tributário	1.834	3.923
	3.769	4.785

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui contingências passivas envolvendo questões cíveis, tributárias e trabalhistas em andamento, cujas expectativas de perdas são consideradas possíveis e dessa forma não estão provisionadas, as quais totalizam aproximadamente R\$72.781 (R\$ 60.551 em 2019).

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Companhia era composto por 59.058 lotes de mil ações ordinárias emitidas. O valor do capital social é de R\$66.499.

b. Reserva de capital

A reserva de capital poderá ser utilizada, conforme previsão legal, para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao capital social; ou (v) pagamento de dividendos a ações preferências, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c. Reserva de lucros

Reserva legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, deixando de ser constituída quando atingiu 20% do valor do capital social.

Reserva de retenção de lucros

Refere-se aos resultados que serão destinados na próxima Assembleia Geral.

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido após a apropriação da reserva legal.

A Companhia adota o critério fiscal vigente para a determinação dos valores a serem pagos a título de juros sobre o capital próprio. Estes juros são dedutíveis dentro dos limites previstos na Lei nº 9.249/1995.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	<u>85.663</u>	<u>117.306</u>
Lucro base ajustado para distribuição de dividendos	85.663	117.306
Juros sobre capital próprio imputados aos dividendos (líquido do IRRF)	-	(19.970)
Dividendos provisionados	<u>(21.416)</u>	<u>(9.357)</u>
	<u>(21.416)</u>	<u>(29.327)</u>
	2020	2019
Saldo no início do exercício	29.327	21.318
Dividendos adicionais propostos	8.438	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio (líquido do IRRF)	(37.765)	(21.721)
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>21.416</u>	<u>29.730</u>
Saldo no final do exercício	<u>21.416</u>	<u>29.327</u>

22 Receita líquida de serviços

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita de serviços	849.579	726.365	849.579	726.365
Receita de locação	186.132	176.340	255.580	247.058
(-) PIS/COFINS	(84.925)	(73.808)	(87.459)	(76.388)
(-) ISSQN	(42.478)	(36.317)	(42.479)	(36.318)
	908.308	792.580	975.221	860.717

23 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários e encargos	(242.254)	(226.364)	(242.254)	(226.364)
Depreciação e amortização	(67.566)	(67.226)	(68.413)	(69.203)
Operações de arrendamento mercantil – Depreciação	(1.969)	(1.806)	(1.969)	(1.806)
Peças de reposição	(241.647)	(182.208)	(241.647)	(182.208)
Material de uso e material aplicado	(34.533)	(29.667)	(34.533)	(29.667)
Combustível e lubrificantes	(53.895)	(42.886)	(53.895)	(42.886)
Serviços de manutenção	(17.517)	(15.967)	(17.517)	(15.967)
Frete	(20.865)	(27.983)	(20.865)	(27.983)
Locação de equipamentos	(16.714)	(15.951)	(16.714)	(15.951)
Pneus e material rodante	(90.089)	(75.773)	(90.089)	(75.773)
Subempreiteiros + serv. prestados p. jurídica	(7.042)	(14.101)	(7.042)	(14.101)
Aluguéis de imóveis e condomínios	(1.457)	(1.616)	(1.457)	(1.616)
Outros	(15.239)	(12.089)	(15.239)	(12.089)
	(810.787)	(713.637)	(811.634)	(715.614)

24 Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários e encargos	(7.837)	(7.239)	(7.974)	(7.287)
Energia elétrica, água e esgoto	(372)	(384)	(380)	(386)
Depreciação e amortização	(1.796)	(880)	(1.796)	(880)
Serviços prestados por terceiros	(3.728)	(4.229)	(3.846)	(4.258)
Peças de reposição	(145)	(209)	(145)	(10.898)
Donativos e contribuições	(120)	(398)	(120)	(398)
Comunicação	(203)	(609)	(207)	(616)
Aluguéis de imóveis e condomínios	(32)	(119)	(63)	(149)
Despesa de viagem e hospedagem	(101)	(374)	(102)	(377)
Outros	(2.605)	(1.174)	(2.612)	(1.205)
	(16.939)	(15.615)	(17.245)	(26.454)

25 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado na alienação do ativo imobilizado	6.113	42.846	6.409	42.554
PIS e COFINS s/ diferença de tributação	(8.213)	-	(8.213)	-
Contingências	(780)	763	(780)	763
Receita de venda de sucata, pneus e peças	3.777	1.123	3.777	1.123
Créditos fiscais	1.424	627	1.424	627
Inventário de estoque	(3.428)	(6.337)	(3.428)	(6.337)
Recuperação de crédito PIS/COFINS	14.549	8.881	14.549	8.881
Outros	(1.212)	(2.039)	(1.212)	2.155
	12.230	45.864	12.526	49.766

26 Receitas (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas financeiras				
Juros e comissões	(14.541)	(16.997)	(14.541)	(16.996)
IRRF/IOF	(725)	(1.186)	(725)	(1.186)
Operações em derivativos (swap/NDF)	(6.380)	(6.836)	(6.380)	(6.836)
Variação cambial passiva	(64.779)	(68.951)	(64.966)	(69.065)
Operações de arrendamento mercantil - Despesa Financeira	(346)	(445)	(346)	(445)
Outras despesas financeiras	(667)	(435)	(674)	(438)
	(87.438)	(94.850)	(87.632)	(94.966)
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações	2.076	2.094	2.076	2.094
Juros de terceiros	3.056	4.484	3.056	4.484
Operações em derivativos (swap/NDF)	21.170	5.900	21.170	5.900
Variação cambial ativa	10.326	63.695	10.339	63.730
Outras receitas financeiras	287	215	287	215
	36.915	76.388	36.928	76.423

27 Informações complementares ao fluxo de caixa

As transações do período que não geraram caixa foram:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<i>Atividade de financiamento</i>				
Dividendos distribuídos (i)	21.416	21.416	9.358	9.358
Juros sobre Capital Próprio (i)	-	-	19.969	19.969
<i>Atividade de investimento</i>				
Arrendamento Mercantil (ii)	945	945	-	-

(i) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio a pagar aos acionistas.

(ii) Novos contratos de arrendamento mercantil.

28 Eventos subsequentes

i) Em 05 de janeiro de 2021 a Administração foi notificada de dois autos de infração referente ao ano base 2015, envolvendo as Empresas U&M Mineração e Construção S.A. e Levyequip Equipamentos Ltda.

Os autos referem-se à:

a) antigos consórcios nos quais a U&M tinha participação, envolvendo o valor principal de aproximadamente R\$7 milhões. A administração realizou a defesa com base na decadência, uma vez que o prazo está prescrito;

b) Receita de locação de equipamentos da controlada Levy, com valor aproximado de R\$ 37 milhões, incluindo principal, multa e juros. A Companhia optou pelo pagamento via parcelamento em 60 (sessenta) meses.

(ii) Em 11 e 25 de fevereiro de 2021 a Administração recebeu os despachados decisórios da habilitação de crédito com sentença transitada em julgado, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS e PIS - Importação, com valor aproximado de R\$8,6 milhões, que será compensado via PERDCOMP.

* * *

Rio de Janeiro, 16 de março de 2021.

Sérgio Ribeiro Machado
Diretor-Presidente

Daniela Curtinhas Fialho
Contadora CRC-MG090389/O-7SRJ